

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA AVALIAÇÃO TRIENAL 2004-2006**

### **Comitê da Medicina I**

O comitê de avaliação dos programas de pós-graduação alocados na Medicina I reuniu-se em Brasília no período de 6 a 10 de agosto. Foi composto pelo representante de área da Medicina I, pelo representante-adjunto e por vinte pesquisadores com larga experiência em pós-graduação stricto sensu e no processo de avaliação da CAPES. A metodologia e os critérios a serem utilizados na avaliação foram discutidos anteriormente pelos representantes da grande área da Saúde e disponibilizados na página eletrônica da CAPES. Em julho de 2007, os representantes das sub-áreas médicas reuniram-se mais uma vez para discussão e uniformização dos procedimentos a serem adotados na avaliação.

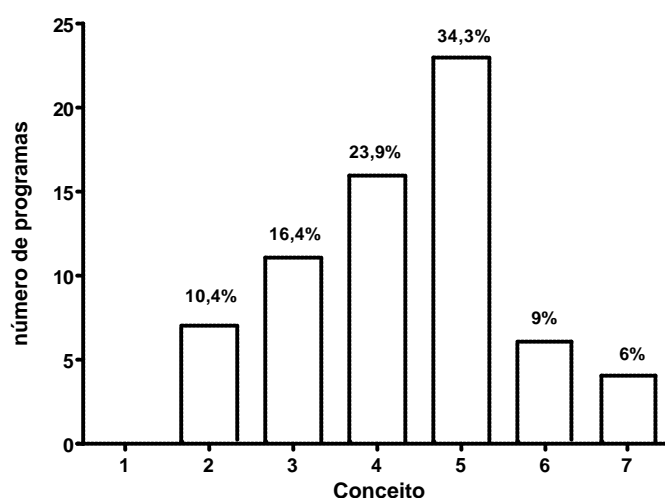
Foram analisados 67 programas acadêmicos e três programas de mestrado profissional. Os programas foram divididos e analisados por grupos de dois a três assessores (seis programas no grupo de dois assessores e nove a doze programas nos grupos de três assessores). Esta divisão foi feita de forma que os assessores nunca avaliassem programas de sua própria IES ou mesmo de sua região geográfica no País. Os documentos dos relatórios dos programas a serem analisados e a padronização de avaliação a ser adotada foram disponibilizados em forma eletrônica para o grupo de avaliadores previamente à reunião presencial.

No primeiro dia de reunião em Brasília, discutiram-se mais uma vez a logística, a metodologia e os critérios a serem adotados na avaliação. Os primeiros dois dias de avaliação foram dedicados a terminar a análise dos programas e ao preenchimento dos formulários de avaliação. A partir do terceiro dia, discutiram-se os conceitos a serem outorgados aos programas. Os assessores responsáveis pela análise apresentavam as

características do programa analisado e justificavam o conceito outorgado. Este era então discutido de forma meticulosa pelo grupo, com possibilidade de manutenção ou de alteração do conceito sugerido pelos avaliadores iniciais. Tomou-se cuidado especial com os programas em que o conceito recomendado foi inferior a 3 ou superior a 5, embora todos os programas tenham sido cuidadosamente analisados e o conceito sempre tenha sido minuciosamente discutido. Quando havia um membro de um determinado programa a ser discutido presente entre o grupo de avaliadores, este se retirava da sala e não participava em nenhum aspecto da análise realizada pelo grupo em relação a este programa, só voltando após a discussão referente ao programa em que fazia parte como docente ter terminado.

Dos 67 programas acadêmicos analisados, sete receberam conceitos menores do que 3 (5 da região sudeste, 1 da região nordeste e 1 da região sul). Entre eles, quatro haviam recebido conceito 3 no último triênio e três haviam recebido conceito 4. Seis programas receberam recomendação de conceito 6 (cinco da região sudeste e um da região sul). Entre eles, cinco mantiveram o conceito 6 do triênio anterior e um havia recebido conceito 5 no último triênio de avaliação. Quatro programas receberam recomendação para 7 (três da região sudeste e um do nordeste). Destes, um manteve o 7 do último triênio, dois haviam recebido 6 e um havia recebido 3 no último triênio. Este último merece uma explicação adicional. Era um programa conceito 5, que por erros graves no preenchimento do relatório do triênio 2001-2002-2003 foi rebaixado para conceito 3. Entre os programas restantes sete baixaram o conceito (dois de 5 para 4 e cinco de 4 para 3), 19 tiveram o seu conceito elevado (oito de 3 para 4, sete de 4 para 5 e quatro de 3 para 5) e os demais mantiveram o conceito do triênio anterior. Analisando-se o conjunto como um todo, quatorze programas tiveram seus conceitos rebaixados, vinte e três apresentaram elevação do conceito e trinta mantiveram os conceitos do triênio anterior. Foram recomendadas visitas a sete programas.

No gráfico abaixo estão representadas as porcentagens obtidas em cada conceito no universo dos programas analisados. Houve tendência a um acúmulo nos conceitos 4 e 5, sugerindo que ocorreu amadurecimento dos programas. Nota-se também um grande número de programas institucionais, sem conotação de especialidade (37 ao todo), sendo que entre os dez programas recomendados para conceito 6 e 7, cinco são de caráter institucional.



Entre os três mestrados profissionalizantes, dois mantiveram os seus conceitos e um teve o seu conceito rebaixado de 3 para 2. O quesito de maior peso na avaliação dos mestrados profissionais foi a capacidade demonstrada de formar mestres no triênio.

A infra-estrutura disponibilizada para a avaliação foi adequada. A sala era ampla e confortável, com número suficiente de computadores. A idéia de contratar um funcionário de apoio para ficar o tempo todo na sala foi ótima e facilitou bastante o trabalho. A rede de informática funcionou de forma apropriada na maior parte do tempo. Os funcionários da CAPES auxiliando no processo de avaliação foram extremamente gentis, solícitos e eficientes, como sempre. A eles, nossos agradecimentos.

## **Sugestões para a Presidência e para a Diretoria de Avaliação**

1. As avaliações anuais de acompanhamento têm mostrado eficiência relativa, provavelmente desproporcional ao esforço e gasto para realizá-las. Sugere-se prolongar o período de acompanhamento para quatro anos, realizando-se avaliação de acompanhamento, sem emissão de conceito, no segundo ano.
2. As visitas a programas com problemas devem ser incentivadas. São eficientes e permitem maior clareza no momento da avaliação.
3. Criação de mecanismo de incentivo para a formação de programas institucionais. Isto é particularmente importante quando da união de diversos programas na mesma IES, pois estes correm o risco de perder bolsas e outros benefícios já conquistados.
4. Criação de relatório unificado para o período de avaliação. A consolidação pelos assessores dos relatórios anuais é extremamente trabalhosa e sujeita a erros.
5. Criação de uma Comissão permanente, composta pelos representantes de áreas ou por assessores por eles indicados, para aperfeiçoamento do instrumento de coleta.
6. Sugere-se que o instrumento de coleta seja disponibilizado em forma eletrônica, de maneira a permitir o seu preenchimento pelos programas em fluxo contínuo e tempo real.
7. Criação de uma grande área da Medicina. O conjunto das três medicinas abarca um número muito grande e crescente de programas, com problemas peculiares, que necessitam de representatividade mais específica no CTC.
8. Analisar a possibilidade de credenciamento universal de docentes orientadores pela Capes, segundo critérios previamente discutidos e definidos pelas respectivas áreas.

9. Criar mecanismos que desestimulem a manutenção ou criação de programas com conceito 3 em IES com programas consolidados com conceitos 4 ou superior.
10. Analisar de forma prospectiva, com atribuição de valor para integrar o conceito a ser obtido, se as teses e dissertações defendidas em um período prévio determinado (três anos?) foram publicadas e aonde.